

Recebimento: 18/11/2021

Aceite: 20/12/2021

## **ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO: REFERÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA DIMENSÃO PRODUTIVA<sup>1</sup>**

## **TERRITORIAL APPROACH TO DEVELOPMENT: THEORETICAL-METHODOLOGICAL REFERENCES OF THE PRODUCTIVE DIMENSION**

Pedro Luís Büttenbender<sup>2</sup>

Estevan Bartoli<sup>3</sup>

Elaine Cristina de Oliveira Menezes<sup>4</sup>

Carlos Otávio Zamberlan<sup>5</sup>

Antônio Manuel Alinho Covas<sup>6</sup>

Marjana Eloisa Henzel<sup>7</sup>

### **Resumo**

O presente estudo versa sobre o patrimônio territorial, contemplando uma abordagem multidisciplinar e multidimensional, aportando referências teórico-metodológicas sobre a dimensão produtiva, de forma sistêmica e articulada com as demais dimensões. O objetivo é contextualizar teoricamente a dimensão produtiva na dinâmica territorial do desenvolvimento e propor indicativos metodológicos que possam embasar um instrumental metodológico multidimensional a ser utilizado na realização de estudos de diagnóstico, análise e prospecção territorial. O diagnóstico tem seu foco na caracterização socioeconômico-cultural e ambiental, a análise propõe-se detectar as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças, enquanto a prospecção territorial avalia as alternativas de futuro de um determinado recorte territorial, seja este um território, uma região ou um município. Esta abordagem metodológica reconhece os componentes e variáveis da dimensão produtiva que possam contribuir na estruturação de um instrumental metodológico que oportunize gerar cenários, políticas públicas e prioridades na promoção do desenvolvimento territorial.

**Palavras-chave:** Abordagem Territorial. Dimensão Produtiva. Desenvolvimento Territorial. Pressupostos Teórico-Metodológicos.

<sup>1</sup> Agradecemos a Fapergs pelo apoio ao Projeto de Pesquisa "O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões: um estudo em três regiões do Rio Grande do Sul", aprovado através do Edital: FAPERGS 07/2021 – Programa Pesquisador Gaúcho – PQG.

<sup>2</sup> Doutor em Administração (UFMS). Professor da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Santa Rosa – RS, Brasil. E-mail: pedrolb@unijui.edu.br

<sup>3</sup> Doutor em Geografia (UNESP). Professor da Universidade do Estado do Amazonas, Parintins – AM, Brasil. E-mail: ebartoli11@gmail.com

<sup>4</sup> Doutora em Sociologia Política (UFSC). Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná, Matinhos – PR, Brasil. E-mail: eoliveira.menezes@gmail.com

<sup>5</sup> Doutor em Economia do Desenvolvimento (UFRGS). Professor na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Ponta Porã – MS, Brasil. E-mail: otaviozamberlan@gmail.com

<sup>6</sup> Doutor em Assuntos Europeus (Universidade de Bruxelas). Professor catedrático da Universidade do Algarve, Portugal. E-mail: acovas@ualg.pt

<sup>7</sup> Doutoranda em Desenvolvimento Regional (UNIJUÍ). Professora do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha - Santo Ângelo – RS, Brasil. E-mail: marjaadm@gmail.com

## Abstract

The present study deals with territorial heritage, taking a multidisciplinary and multidimensional approach, providing theoretical and methodological references on the productive dimension, in a systemic and articulated with the other dimensions. The objective is to contextualize theoretically the productive dimension in the territorial dynamics of development and to propose methodological indicatives that can provide the basis for a multidimensional methodological tool to be used in diagnostic studies, analysis and territorial prospection. The diagnosis focuses on the socioeconomic-cultural and environmental characterization, the analysis proposes to detect the strengths, opportunities, weaknesses and threats, while the territorial prospection evaluates the future alternatives of a certain territory, be it a territory, a region or a municipality. This methodological approach recognizes the components and variables of the productive dimension that can contribute to the structuring of a methodological instrument that generates scenarios, public policies and priorities in the promotion of territorial development.

**Keywords:** Territorial Approach. Productive Dimension. Territorial Development. Theoretical-Methodological Assumptions.

## Introdução

Os avanços e transformações da sociedade e das capacidades acadêmico-científicas têm avançado e produzido novos fundamentos epistêmico-teórico-metodológicos sobre a temática do desenvolvimento, da governança territorial e a abordagem territorial do desenvolvimento. Estes avanços sugerem e justificam necessidade de contemplar abordagens multidisciplinares e multidimensionais, reconhecendo distintos paradigmas do conhecimento.

No primeiro trimestre de 2021, por iniciativa de mais de trinta pesquisadores do Brasil, Portugal, Espanha e Argentina, oriundos de vinte universidades, iniciaram a execução de um projeto de pesquisa, cujo cronograma prevê sua finalização em 2023. Trata-se do Projeto de Pesquisa *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões* (ProPAT)<sup>8</sup>. O projeto no seu todo possui como objetivo propor e validar um instrumental metodológico mais adequado à perspectiva territorial de análise, com o fim de contribuir na elaboração de diagnósticos territoriais que favoreçam a prospecção de alternativas inovadoras e sustentáveis de desenvolvimento, tendo o patrimônio territorial como referência.

O patrimônio territorial é compreendido como o conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, que se acumularam ao longo da história num determinado território, resultante de processos históricos de construção e reconstrução socioeconômica e cultural na relação com o entorno ambiental, representados nas suas diferentes dimensões (produtiva, cultural, institucional, natural, social e humano-intelectual) (DALLABRIDA, 2020a). Em consonância com a base epistêmica, assume-se no projeto em referência uma base teórica sustentada em quatro categorias conceituais: território, governança, patrimônio e desenvolvimento territorial.

A primeira etapa da investigação foi cumprida com êxito e teve por objetivo a reflexão teórica com aportes para um referencial epistêmico-teórico-metodológico convergente com a abordagem territorial do desenvolvimento. Essa produção resultou em dois textos publicados: (i) Dallabrida, Rotta e Büttenbender (2021), onde são apresentados pressupostos epistêmico-teóricos; (ii) Dallabrida et al. (2021), em que são explicitadas categorias conceituais e pressupostos metodológicos convergentes com a abordagem territorial do desenvolvimento.

Durante 2021, avançou-se na segunda etapa do ProPAT, por meio de novas rodadas de debates em seis subgrupos temáticos aprofundando as dimensões produtiva, natural, humana e intelectual, social, cultural e institucional. Mesmo sabendo que a análise integrada e multidimensional é a que condiz com a abordagem territorial do desenvolvimento, proposta do projeto, no presente artigo serão delineados aspectos da dimensão produtiva do território, objetivando contextualizar teoricamente a dimensão produtiva na dinâmica territorial do

<sup>8</sup> Projeto de pesquisa coordenado pelo professor Valdir Roque Dallabrida, professor visitante da Universidade Federal do Paraná (UFPR), referente à bolsa produtividade em pesquisa (CNPQ). Paralelamente, no âmbito da UFPR/PPGDTS está em execução o projeto *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões: pressupostos epistêmico-teóricos e proposta de instrumental metodológico*.

desenvolvimento e propor indicativos metodológicos que possam embasar um instrumental metodológico multidimensional a ser utilizado na realização de estudos de diagnóstico, análise e prospecção territorial. O diagnóstico tem seu foco na caracterização socioeconômico-cultural e ambiental, a análise propõe-se detectar as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças, enquanto a prospecção territorial avalia as alternativas de futuro de um determinado recorte territorial, seja este um país, uma unidade da federação, um território, uma região ou um município.

O presente artigo, além destas considerações introdutórias, está organizado em seis seções. A primeira refere-se à análise da dimensão produtiva do território e as filiações interpretativas paradigmáticas. Na seção dois, são abordados aspectos sobre governança territorial e sistemas locais territoriais (SLoT), seguida pela seção três, com a abordagem dos sistemas, cidades e aspectos coevolutivos. Na seção quatro faz-se referência às realidades periféricas e regiões de baixo dinamismo econômico, suas concepções coevolutivas. Na seção cinco são apresentados elementos indicativos para uma proposta metodológica. Por fim, finaliza-se com a seção seis, com as considerações finais deste artigo.

### **Análise da dimensão produtiva do território e as filiações interpretativas paradigmáticas**

A condução do debate paradigmático em grupos amplos de pesquisadores de diversas matizes, faz necessária a reflexão a partir de diferentes visões de mundo, referenciais teóricos, posições políticas e estilos de pensamento (FLECK, 2010). A intencionalidade está implícita nos confrontos entre concepções paradigmáticas, que se manifesta pela ação cognitiva, percepção, linguagens e práticas, conectando o pensamento e a realidade, o conhecimento e o fato, sujeito e objeto (SEARLE, 1995). Estes paradigmas estabelecem um entendimento de desenvolvimento dominante e conservador, o que implica em normatizar ideologicamente o domínio das técnicas, temporalidades, funcionalidades e eficiência/eficácia, cujo objetivo é a realização produtiva que se materializa no espaço (SILVEIRA, 2013). Tais modificações, segundo o autor, constituem territórios, por abranger relações de poder, causando aceleração social que pode anular velhas territorialidades com o desfazimento dos limites políticos, econômicos, sociais e culturais aos quais a identidade estava associada.

A ideia de território usado pode ser um balizador importante no desenvolvimento da concepção crítica e decolonial da noção de patrimônio territorial. Há incisiva crítica de Santos (2003) à competitividade como forma de ação. Segundo o autor, as intenções se manifestam no conjunto de técnicas que envolve parcialmente o globo formando um princípio de seletividade que se dá como princípio de hierarquia, onde técnicas não hegemônicas são hegemônicas pela invasão do sistema técnico dominante.

Em específico no âmbito da ruralidade, a abordagem paradigmática na América Latina ocorre entre concepções sobre a questão agrária e o capitalismo agrário. A vertente do paradigma da questão agrária (PQA) é defendida por teóricos que entendem que a forma de criação e recriação do camponês ocorre na luta pela terra, pela luta de classes e pela reforma agrária. Tem como ponto de partida as lutas de classes para explicar as disputas territoriais e suas conflitualidades na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilizem a autonomia dos camponeses. Entende que os problemas agrários fazem parte da estrutura do capitalismo, de modo que a luta contra o capitalismo é a perspectiva de construção de outra sociedade (FERNANDES, 2008). Em visão oposta situam-se os teóricos e formuladores de políticas públicas pertencentes ao *Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural* - RIMISP, que defendem o paradigma do capitalismo agrário (PCA), entendendo que o único futuro para o campesinato está na metamorfose do camponês em agricultor familiar.

Ao analisar as duas vertentes interpretativas, Felício (2006) interpreta o primeiro como posicionamento crítico para confrontar o pensamento consensual que defende a expansão do capitalismo de maneira única e homogênea no campo. Ambos os paradigmas se situam no embate de interesses que põe em evidência um modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro, atendendo a grupos com objetivos distintos. Resumidamente, para o PQA o problema está no capitalismo e para o PCA o problema está no campesinato (FERNANDES, 2008).

As abordagens da dimensão produtiva do território e as filiações interpretativas paradigmáticas são referência de estudos com pensamentos inovadores e que recomendam ênfases multidisciplinares e multidimensionais.

## Dimensão econômica no patrimônio territorial e aspectos coevolutivos e de governança no território

Frente às teorias dominantes, pretende-se na presente seção abordar como a categoria patrimônio territorial pode alicerçar análises críticas e multidimensionais mais complexas acerca do desenvolvimento territorial. A construção de sua base conceitual e metodológica, considera elementos que compõem os sistemas territoriais entendidos como: (i) produtos do processo de coevolução e interação de longa duração entre relações sociais e ambiente (MAGNAGHI, 2010); (ii) consolidados pela mediação do trabalho e da informação (RAFFESTIN, 1993) sob intensa pressão hegemônica da unicidade das técnicas e suas intencionalidades (SANTOS, 2006); (iii) portadores de territorialidades ativas ou passivas (DEMATTEIS; GOVERNA, 2005); (iv) espaços permeados por expressões, processos e movimentos socioespaciais e socioterritoriais (FERNANDES, 2005; PEDON, 2009; SOBREIRO FILHO, 2016) passíveis de serem caracterizados como espaços de resistência e territorialidades contra-hegemônicas; (v) espaços permeados de lógicas exógenas (técnicas, científicas e informacionais) que, enquanto verticalidades, dimensionam configurações variadas de alienação territorial e alterações das horizontalidades (SANTOS; SILVEIRA, 2003).

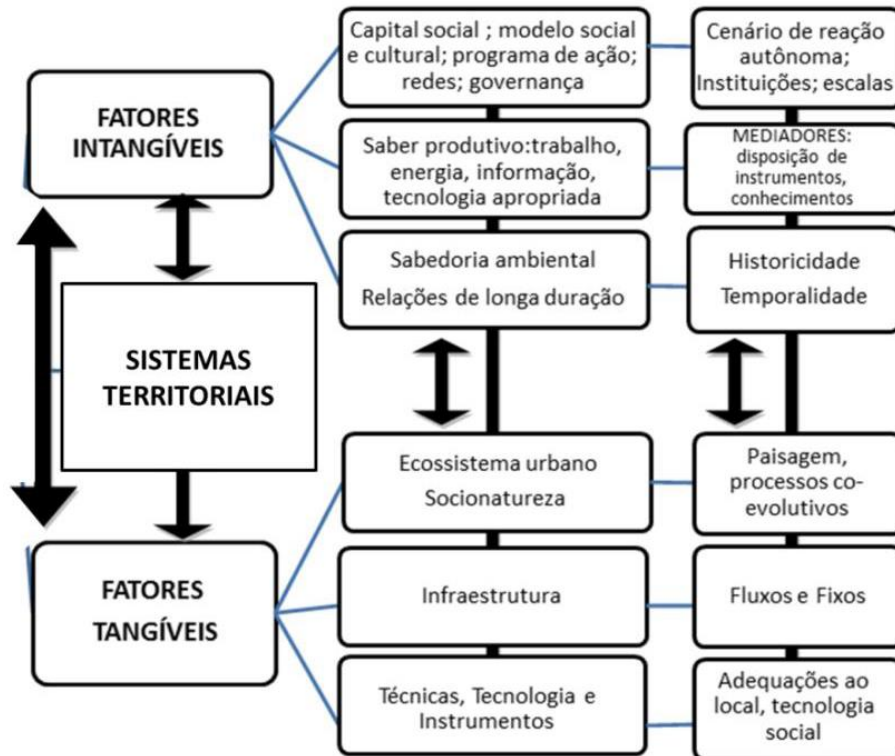
Para Magnaghi (2010) o patrimônio territorial é constituído de um sistema vivente de alta complexidade e como tal, deve ser tratado enquanto recurso por produzir riqueza, que em síntese, aparece em três posicionamentos: (i) dissipação/destruição – liberação do vínculo territorial produzido pela urbanização; (ii) conservação do território para gerações futuras; (iii) valorização da identidade do lugar e criação adicional de recursos, que significa produzir novos atos territorializantes que aumentam o valor do patrimônio territorial. O autor, propõe uma análise de requisitos multissetoriais e integrados de sustentabilidade sendo, por definição, anti-economicista e anti-naturalista, propondo uma abordagem *antropo-biocentrista*.

Outro aspecto basilar de defendido por Magnaghi (2010) é o reconhecimento das permanências, a invariante estrutural, que é o caractere paisagístico que define a identidade de um lugar. Ressalta que cada ciclo de territorialização é um evento que trata o mesmo ambiente hereditário atualizado, reificando e estruturando no território formas peculiares e diferenciadas de ocupações no universo complexo de potencialidades e êxitos aleatórios, por configurar sempre o processo como resultado de uma simbiose entre elemento ambiental e humano.

Portanto, as interpretações dos recursos, na sua dimensão técnico-espacial e temporal, são responsáveis por alterar e especificar as interações entre meio ambiente e socioeconomia. “O conteúdo daquilo que se denomina enquanto recurso transforma-se historicamente e depende tanto da evolução dos ambientes quanto da evolução das possibilidades técnicas, da natureza das necessidades sociais e das condições econômicas (GODARD, 1997, p. 207).

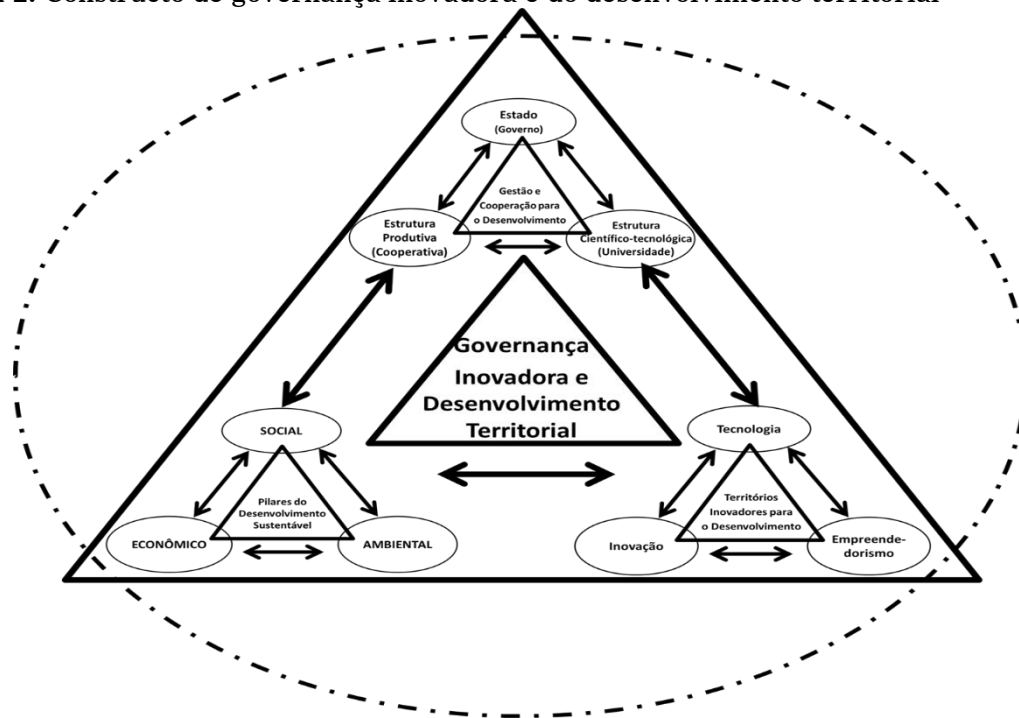
Tomando tal abordagem como referente evidencia-se um conjunto de elementos que se conformam em um fluxograma metodológico, considerando fatores tangíveis e intangíveis, no âmbito do conceito de patrimônio territorial, cuja mediação acontece a partir de sistemas territoriais (BARTOLI, 2014; 2017), conforme ilustrado na figura 1.

Figura 1: Fatores tangíveis e intangíveis compoendo Sistema Territorial



Fonte: Bartoli (2014)

Büttenbender e Sausen (2020) fundamentam a estratégia articulatória e convergente do território, com relevante influência na dimensão produtiva, propondo um constructo que sustenta a abordagem da governança inovadora para o desenvolvimento territorial. Os autores sustentam que esta abordagem possui uma amplitude, diversidade e complexidade nas relações e instituições envolvidas. O constructo, com forte influência econômica e produtiva, combina as múltiplas dimensões do processo de governança, dimensionadas em três abordagens triangulares. A primeira, quando ressalta as contribuições de Etzkowitz (2009) com a tríplice hélice, combinando a cooperação entre o Estado (governo), indústria (empregadores) e universidade. A segunda abordagem com os fundamentos de Julien (2010), com a combinação de investimentos em tecnologia, inovação e empreendedorismo, reconhecendo as relações intra (dentro de cada vértice), entre (entre os três vértices) e extra (entre cada um dos vértices com o ambiente externo do espaço em que estão localizados). A terceira abordagem, com as definições de Elkington (1998) e Dias (2009), aportando as dimensões econômica, social e ambiental. Estas variáveis também são impactadas pelas relações políticas, econômico-produtivas, sociais, ambientais, culturais, naturais que ocorrem no território. O constructo de governança inovadora e desenvolvimento territorial, representado ilustrativamente na figura 2, é reconhecido com um sistema aberto, complexo e dinâmico, expresso pelo contorno circular contínuo.

**Figura 2:** Constructo de governança inovadora e do desenvolvimento territorial

Fonte: Büttgenbender e Sausen (2020, p. 454)

Os conceitos de governança e desenvolvimento variam ao longo do tempo e se sustentam em diferentes escolas e refletem no escopo do território distintas fases, detalhadas por Büttgenbender e Sausen (2020), destacando: (i) estratégia de modernização nos anos 1950; (ii) estratégia de dissociação na década de 1960; (iii) estratégia de avaliação de necessidades básicas na década de 1970; (iv) estratégia de ajuste natural na década de 1980; (v) estratégia de desenvolvimento sustentável na década de 1990; (vi) estratégia de governança global no final dos anos 1990; e (vii) estratégias de médio alcance, dos pactos socioterritoriais e de constituição de regiões inovadoras, a partir de 2000. Neste contexto, estabeleceram-se elementos constitutivos do desenvolvimento e que destacam as regiões capazes de investir e integrar investigação, ciência e tecnologia com os sistemas produtivos do território, assumindo, portanto, repercussões afirmativas na abordagem do patrimônio territorial.

Portanto, as bases do desenvolvimento territorial na sociedade do conhecimento são identificadas nas estratégias focadas nas redes de cooperação que envolvam poder público (estrutura do Estado em todos os níveis), empresas (empresários), universidades (centros de pesquisa e desenvolvimento, escolas em todos os níveis) e organizações comunitárias (igrejas, ONGs, associações, cooperativas, sindicatos, etc.).

Outra abordagem específica, como o modelo Sistemas Locais Territoriais – SLoT, tem suas contribuições para a abordagem territorial. Desenvolvido por pesquisadores do chamado grupo de Turim, o modelo SLoT é útil para averiguação dos mecanismos de evolução interna de sistemas individualizados, hibridizados e abertos a trocas com o exterior. Pretende, a partir da abordagem territorial, analisar um determinado nível na hierarquia genético-cultural numa ótica evolucionista (DEMATTEIS, 2005). Para esse autor, a diversidade no interior do sistema é entendida como variabilidade potencial, aumentando a gama de escolhas possíveis, sendo recurso estratégico na escala evolutiva do sistema. Também considera essa diversificação como resultado de processos coevolutivos de longa duração das sociedades locais com o território e o ambiente. Essa riqueza coletiva desenvolve papel de conjunto genético-cultural, cuja transmissão acresce a capacidade inovadora e a autonomia dos sistemas territoriais nas diversas escalas (DEMATTEIS, 2008).

O modelo SLoT propõe descrever a relação entre interação social, potencialidades do território local, governança e desenvolvimento. Através da rede local de sujeitos e suas relações com a especificidade territorial, busca interpretar ações, onde o território se comporta em certas circunstâncias como sujeito coletivo (DEMATTEIS, 1995). Bartoli (2017) retoma aspectos relativos ao SLoT, suas potencialidades, contribuições e limitações do modelo, por meio de estudos na

realidade amazônica e latino-americana, servindo como fonte de ricas ideias e reflexões teórico-conceituais.

### **Sistemas, cidades e aspectos coevolutivos**

A aplicação de metáforas é constante na criação de modelos analíticos para representação e análise de cidades, seja mecânica ou biológica. Camagni (2005) aponta que as características gerais necessárias de um sistema vivente (como abertura, organização hierárquica em vários níveis, finalidade e diversidade) são facilmente extensíveis para o sistema da cidade. Camagni (2005) destaca que o sistema está aberto ao seu ambiente, de onde obtém a energia e as informações necessárias para sua autorreprodução e está internamente organizado em múltiplos níveis, de forma a garantir relativa autonomia aos seus elementos. Assevera ainda que a auto-reprodução é a sua finalidade e implica um nível mínimo de diversidade e variedade, necessário para se adaptar às flutuações do ambiente exterior.

Em prisma analítico também sistêmico, Machado (2005) usa as noções de “sistemas de povoamento” como aspectos centrais das ordenações territoriais. Com uma abordagem sistêmica, Mendonça (2008) faz uma proposta metodológica para estudo integrado da cidade a partir do Sistema Socioambiental Urbano. Já Bettencourt (2015) propõem os sistemas complexos para políticas públicas. As respostas requerem melhor entendimento da natureza das cidades em suas variadas interdependências, desde a base física, sua infraestrutura e serviços e a vida socioeconômica.

A aplicação da abordagem sistêmica para entender a dinâmica urbana é firmado por Griffith e Berdague (2006), ressaltando que os humanos possuem a capacidade semiológica de construir relações linguísticas próprias. A semiosfera ocorre pela triangulação entre o objeto em si, o símbolo (estabelecido por convenção social) e o usuário. Propondo analisar a cidade como um híbrido, Swyngedouw (2001) coloca que há produção socionatural da mesma, onde as relações sociais produzem a história da natureza e da sociedade através da produção de discursos, imagens e símbolos (práticas ideológicas e representacionais), lançando a noção de socionatureza.

Covas e Covas (2013) propõem a abordagem pela geoeconomia e a constituição de redes entre os espaços e a cooperação territorial, entendendo a rede com a noção de conter o princípio ativo necessário para resolver todas as maleitas de que o mundo padece. A rede é um modo transversal de olhar para o problema, um ecossistema de acolhimento capaz de proporcionar uma grande diversidade contextual e outros tantos benefícios, favorecendo a reinvenção do sistema produtivo local. A rede pode conceber-se como um empreendimento móvel e itinerante que compensa a imobilidade relativa dos seus utentes-destinatários, adotando diversos formatos, das formas mais associativas às formas mais condominiais. Como alternativa, Covas e Covas (2013) propõem a abordagem da geoeconomia e a constituição de espaços de cooperação e a formação dos territórios-rede. A geoeconomia dos espaços de cooperação deverá programar e desenhar estratégias cooperativas que reduzam as vulnerabilidades próprias e aumentem o campo de possibilidades de gerar capital social entre atores que até aí mal se conheciam e pouco interagem. Os autores citam exemplos, tais como: (i) as cadeias de valor, com as redes e plataformas de ciência e tecnologia; (ii) redes e comunidades de energia alternativa; (iii) os territórios inteligentes com redes de economia verde e circular e as redes comunitárias de prevenção e proteção civil; (iv) geoeconomia de sistemas com as redes de extensão e cooperação empresarial e as redes sociais do 4º setor com as comunidades colaborativas. O objetivo é, portanto, gerir uma matriz de fluxos valorizando suas propriedades emergentes que são: (i) a multiescalaridade e a subsidiariedade da governação multiníveis (ii) a multifuncionalidade e a capilaridade das economias de rede; (iii) as internalidades e circularidades do ciclo de vida dos produtos; (iv) as externalidades positivas e negativas e a ética dos bens comuns colaborativos e as condicionalidades e as competências institucionais para lidar com elas; (v) a criatividade para o design dos espaços colaborativos e culturais.

Destas diversas abordagens decorrem linhas mestras para a formulação de uma sustentação teórico-metodológica para a mensuração da dimensão produtiva na abordagem do patrimônio territorial.

### **Realidades periféricas e regiões de baixo dinamismo econômico e suas concepções coevolutivas**

A partir de uma referência marxista, Harvey (2005) salienta que a coerção competitiva necessária na atividade de acumulação do capital é impiedosa com os menos capacitados e impossibilitados de atingir escalas de relações mais complexas. Enfatiza o autor os contínuos processos de desterritorialização e reterritorialização promovidos pela globalização capitalista. Tais processos permitem, ao mesmo tempo, “reinventar” o território que, para o autor, deve se remeter a exercícios imaginativos que rompem com as amarras dos universos institucionais. O “utopismo dialético” proposto pelo autor tem a virtude de ultrapassar as concepções simplistas das relações entre formas e processos. As formas espaciais pretendidas por planejadores ou governantes acabam sendo subvertidas e até controladas pelos processos sociais a que pretendiam controlar. A produção e a defesa das diferenças geográficas é suporte para definição de campos possíveis de ações políticas futuras, além de essenciais para a compreensão das contradições capitalistas.

Sobre a evolução do capitalismo, Harvey (2011) descreve inter-relações e conflitos entre as necessidades de evolução técnica e social para acumulação do capital e as estruturas de conhecimento, normas e crenças culturais compatíveis com sua acumulação infinita. Ressalta que essas inter-relações têm desempenhado papel fundamental na evolução do sistema de acumulação capitalista. Assim, o autor constrói análise das constantes transmutações a partir da interação dessas esferas, defendendo que o capitalismo se manteve firme, pois envolveu-se em um movimento revolucionário perpétuo em todas as esferas para acomodar as inevitáveis tensões da acumulação do capital sem fim, a uma taxa composta de crescimento

Relacionando com os processos de desterritorialização e reterritorialização promovidos pela globalização capitalista apontados por Harvey (2005), Bartoli (2017; 2019) realizou estudos sobre realidades amazônicas e descreveu diferentes sistemas territoriais, considerando as características de esferas que estariam estagnadas, oportunizando comparações na trajetória evolutiva das territorialidades dos grupos. A concepção de evolução das relações está ligada à territorialidade que grupos constroem. Esta é composta pela capacidade de melhoria da organização interna para que o projeto dos grupos (produtivos, em nossa análise) obtenha avanços quanto à qualidade das relações territoriais.

Já a abordagem crítica de Ribeiro (2013), em sua proposta sobre a necessidade de pensar mercados socialmente necessários, dialoga com o termo *circulação socialmente necessária* desenvolvido em Santos e Silveira (2003), que desenvolve análise crítica sobre sistemas de transportes que acentuam a alienação regional no Brasil. A alienação do trabalho ou a coerção competitiva induz a acumulação de capital, ou até mesmo a partir do termo *alienação territorial*, presente na reflexão, questionando a maneira como o território é usado.

### **Elementos indicativos para uma proposta metodológica: componentes e variáveis para o estudo da dimensão produtiva do território**

Um conjunto de possíveis componentes e variáveis que possam metodologicamente serem utilizados para o diagnóstico da dimensão produtiva, no âmbito das seis dimensões do patrimônio territorial, são abordadas e detalhadas, inspiradas em um modelo de planejamento estratégico territorial apresentado por Allebrandt, Büttenbender e Siedenberg (2010). Com este propósito, são descritos e detalhados componentes e variáveis para o diagnóstico, que possam contribuir na proposição de matriz de análise situacional, aplicada ao território. Esta abordagem referencia uma avaliação integrada e multidimensional, relacionando a dimensão produtiva com as demais dimensões do patrimônio territorial.

No quadro 1 é detalhada a proposta metodológica para o estudo da dimensão produtiva do território em pesquisas sobre patrimônio territorial, elaborada a partir dos aportes dos autores e abordagens mencionadas neste artigo.



**Quadro 1: Proposta metodológica para o estudo da dimensão produtiva do território e seu patrimônio**

<b>Componentes</b>	<b>Variáveis para a análise</b>	<b>Indicadores de referência</b>
<b>Recursos financeiros</b>	<p>a- Situação quanto ao montante mensal e anual de renda em circulação local;</p> <p>b- Perspectivas quanto à atração de investimentos futuros;</p> <p>c- Origem dos investimentos (regional, nacional, internacional);</p> <p>d- Existência local de institucionalidades do setor financeiro e disponibilidade de linhas de crédito para investimentos públicos e privados;</p> <p>e- Ganho médio per capita da população local...</p>	<p>Fortalecimento de agregações de sujeitos (governança) para obtenção de sistemas de financiamento mais justos</p> <p>Existência de bancos populares e moedas locais solidárias que privilegiam a manutenção do uso da renda no local.</p> <p>Iniciativas de crédito popular.</p>
<b>Sistema agrário</b>	<p>a- Cultivos agrícolas, atividades extrativo-vegetal, extrativo-mineral, pecuária e de hortifruticultura que compõem o sistema agrário local;</p> <p>b- Montante de renda mensal e anual gerados por cada setor;</p> <p>c- Caracterização das atividades quanto (i) à sustentabilidade ambiental, (ii) inovação tecnológica, (iii) capacidade de agregação de valor local, (iv) estímulo à dinamização de novos, ou outros, elos da cadeia produtiva, (v) destino da produção (consumo local, beneficiamento local/regional, comercialização e/ou exportação sem beneficiamento, ou semi-beneficiados);</p> <p>d- Perspectivas de novas atividades ou inovações nas cadeias produtivas locais;</p> <p>e- Percentual de terras agrícolas utilizadas para produção orgânica em relação ao total...</p> <p>f - Elencar ativos específicos mobilizados e recursos específicos potenciais;</p> <p>g - Número de estabelecimentos / propriedades e emprego gerado.</p>	<p>Análise de padrões espaciais, consumo e uso do solo, entropia e pegada ecológica.</p> <p>Padrões intensivos agroecologia, preocupação com ecossistemas, zoneamento democrático do uso do solo, baixo consumo de recursos não renováveis, privilégio a usos com fins de retorno à sociedade local.</p> <p>Manutenção das relações com ecossistemas e continuidade da preservação dos caracteres genético-evolutivos do território, conservação da bio-sócio-geo-diversidade, consciência territorial, presença de movimentos socioterritoriais, conquista de territórios produtivos.</p>
<b>Sistema Industrial</b>	<p>a- Setores de atividade abrangidos (número de estabelecimentos e emprego gerado);</p> <p>b-c-d- Idem ao setor agrário.</p> <p>e- Percentual médio do orçamento anual investido em P&amp;D;</p> <p>f- Percentual de investimento em bens de capital;</p> <p>g- Percentual e variação nos gastos da empresa com TICs;</p> <p>h- Percentual de empresas com registro ISO 14.000, ou similares;</p> <p>i- Existência de incentivos das empresas à formação profissional de seus colaboradores.</p> <p>j - Elencar ativos específicos mobilizados e recursos específicos potenciais;</p> <p>l - Setores ou potenciais setores que podem ser caracterizados como sistemas produtivos integrados (a montante e a jusante da cadeia de valor);</p> <p>m - Existência de associações empresariais e organizações sociais de representação;</p> <p>n - Existência de institutos de pesquisa e universidades para formação e qualificação da mão de obra dos setores produtivos;</p> <p>o - Existência de sindicatos patronais e dos trabalhadores que representam os setores industriais;</p> <p>p - Existência de corporações com certificações internacionais ou ISOs.</p>	<p>Tecnologias adaptadas à realidade local (tecnologias apropriadas), valorização de práticas de pequenas indústrias.</p> <p>Abertura relativa à introdução de novas técnicas.</p> <p>Adaptação seletiva relacionada às necessidades das populações locais.</p> <p>Presença de circuitos locais de informação regulamentar, apropriada ao lugar, enquanto derivada da explicitação do conhecimento e de práticas contextuais.</p>
<b>Atividades comerciais e serviços</b>	<p>a- Setores de atividades que se destacam no setor comercial e participação de cada um montante de renda local em circulação ((número de estabelecimentos e emprego gerado);</p> <p>b- Setores de atividades que se destacam no setor de serviço e participação de cada um montante de renda local em circulação (número de estabelecimentos e emprego gerado);</p> <p>c- Pessoas empregadas em P&amp;D por 1000/hab.</p> <p>d - Caracterização das atividades com potencial de turismo e/ou circuitos turísticos potenciais;</p> <p>Existência de associações empresariais e organizações sociais de representação;</p> <p>e - Existência de institutos de pesquisa e universidades para formação e qualificação da mão de obra;</p> <p>f - Existência de sindicatos patronais e dos trabalhadores que representam os setores industriais;</p> <p>g - Existência de corporações com certificações internacionais (ISOs e outras).</p>	<p>Considerar sistemas alternativos de comércio justo ou solidários, busca de reconhecimento do valor social e territorial ao produto (certificados e selos).</p> <p>Buscar entendimento da manutenção de redes locais submissas à capital mercantil dominante.</p> <p>Manutenção de redes de escoamento da produção funcionais à produção local.</p> <p>Relação do comércio com as demais variáveis produtivas.</p> <p>Serviços turísticos ou circuitos turísticos com apelo territorial (identidade cultural).</p>

<p><b>Equipamentos e Infraestrutura</b></p>	<p>a- Principais aspectos em relação à equipamentos e infraestrutura existente localmente, quanto (i) a identificação e a quantidade disponível, (ii) situação quanto à qualidade e inovação;  b- Potencial quanto à contribuição dos equipamentos e infraestruturas na dinamização do setor produtivo e impactos na qualidade de vida das pessoas;  c- Situação quanto às necessidades não atendidas, ou melhoras no que existe;  d- Número de projetos planejados ou realizados em estratégias de plataformas de transporte e/ou armazenagem multimodais e/ou integradas;  e- Percentual de empreendimentos produtivos com utilização de energias renováveis;  f- Percentual da área do recorte territorial que seja considerada área de risco;  g- Avaliação quanto à existência de projetos de mitigação de riscos;  h- Percentagem da população que vive em áreas propensas a riscos;  i- Taxa de variação dos gastos anuais em saúde e educação;  j- Existência de planos de mobilidade em nível regional e/ou local;  l- Avaliação quanto à existência de instalações básicas (centros de saúde, creches, escolas básicas; hospitais, universidade, aeroporto...), considerando a população local;  m - potenciais projetos de investimento em infraestrutura preocupada em serem flexíveis - preocupados com as escolhas das futuras gerações.</p>	<p>Averiguar formação de redes estratégicas de rompimento dos constrangimentos territoriais locais, redes alternativas, escolha de pontos de interesse local.</p> <p>Infraestrutura ecológica como áreas de capital natural, quando incorporada na condição de sistema edafoclimático para a produção agropecuária.</p> <p>Papel das redes de transporte na formação da “mochila Ecológica” (ALIER, 2011).</p> <p>Equipamentos urbanos e de infraestrutura mais adaptáveis e flexíveis (dando potencial de escolha às futuras gerações (GODARD, 1997).</p>
<p><b>Organizações produtivas e suas tipologias</b></p>	<p>a. Composição da estrutura institucional produtiva na região (perfil empresarial);  b. Extratos do tamanho, segmentos produtivos, controle societário);  c. Economia cooperativada no território Cooperativas, número, ramos, atividades, importância);  d. Existência de redes de micro e pequenas empresas;  e. Domínio das empresas sobre o conhecimento e domínio tecnológico e capacidade de gerar inovação;  f. Estruturas e mecanismos locais gremiais e de representação dos entes produtivos.  g. Presença de elementos da economia circular.</p>	<p>Experiências de governança inovadora e desenvolvimento territorial (BÜTTENBENDER e SAUSEN, 2020).</p> <p>Valorização de estratégias de inovação e aprendizagem, cooperação e gestão de competências para o desenvolvimento (BÜTTENBENDER, 2020a).</p> <p>Arranjos institucionais, redes econômicas-produtivas, cooperação, agregação de valor e desenvolvimento (BÜTTENBENDER, 2019a).</p> <p>Práticas de cooperativismo e gestão de cooperativas (BÜTTENBENDER, 2019b e BÜTTENBENDER, 2020b).</p>

Fonte: Elaboração própria dos Autores (2021).

## Considerações Finais

Este artigo versou sobre o patrimônio territorial, a partir de uma abordagem multidisciplinar e multidimensional, indicando referenciais teórico-metodológicos sobre a dimensão produtiva, que possam embasar um instrumental metodológico multidimensional a ser utilizado na realização de estudos de diagnóstico, análise e prospecção territorial. O objetivo central foi contextualizar teoricamente a dimensão produtiva na dinâmica territorial do desenvolvimento. Esta contribuição metodológica reconhece, a partir da dimensão produtiva, os diversos componentes e variáveis de verificação, com vistas a gerar cenários, políticas públicas e prioridades na promoção do desenvolvimento territorial. É um primeiro passo, do longo caminho que ainda é necessário avançar. Os avanços a serem produzidos pelos membros do grupo de pesquisa, com os aportes multidisciplinares e multidimensionais relacionados às outras dimensões do patrimônio territorial, poderão gerar aportes adicionais, na perspectiva do aprimoramento contínuo dos fundamentos teórico-metodológicos da dimensão produtiva, gerando interfaces. De qualquer forma, se reconhece que os fundamentos, métodos e instrumentos até então invocados, não mais são suficientes para responder aos desafios atuais da pesquisa que atenda à abordagem territorial do desenvolvimento, bem como, de forma específica, a abordagem sobre patrimônio territorial.

Os paradigmas que firmam os novos pressupostos epistêmico-teórico-metodológicos, referenciados na investigação da qual resultou este texto, são geradores de inovações na sua forma de produzir ciência, trazendo importantes aportes para o desenvolvimento territorial sustentável das diferentes sociedades.

## Referências

ALIER, J. M.A. **O Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2011.

ALLEBRANDT, S.L.; BÜTTENBENDER, P.L.; SIEDENBERG, D. R. Detalhamento de um Modelo de Planejamento Estratégico Territorial. In: SIEDENBERG, D. R. (Org.). **Fundamentos e Técnicas de Planejamento Estratégico Local/Regional**. Santa Cruz do Sul/RS: Editora Unisc, 2010. p. 49-79.

BARTOLI, E. Patrimônio territorial e desenvolvimento local: sistemas locais urbano ribeirinhos em Parintins (AM). In: VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales, **Anais...** - CIETA, v. VI, p. 842-860, 2014.

BARTOLI, E. Sistemas Territoriais em Parintins (AM): mediações urbanas e ordenamento territorial. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v.5, n.2, p.1-16, ago./dez. 2017.

BARTOLI, E. Tilheiros: carpintaria naval e sistemas territoriais em Parintins-AM. **Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR)**, v. 51, p. 43-62, 2019.

BETTENCOURT, L. M. A. **Cidades como Sistemas Complexos**. Modelagem de sistemas Complexos para Políticas Públicas. Brasília: IPEA, 2015.

BÜTTENBENDER, P. L.; SAUSEN, J. O. Innovative development management practices in a border region: a construct proposal of innovative governance and territorial development. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v.16, n.2, p. 446-458, 2020.

BÜTTENBENDER, P. L. **Estratégias, Inovação e Aprendizagem Organizacional**. Ijuí/RS: Unijuí, 2020a.

BÜTTENBENDER, P. L. Cooperativismo orientado para a sustentabilidade, avança na integração, intercooperação e internacionalização. In: ÁVAREZ, J. F. et al. (Edits.). **Hechos y emprendimientos cooperativos de transformación**. Bogotá, Colômbia: Univesidad Luis Amigo, Confecoop REILAC, 2020b. p. 402-417.

BÜTTENBENDER, P.L. **Arranjos Institucionais, Cooperação e Desenvolvimento**. Ijuí/RS: Unijuí, 2019a. 152p .

BÜTTENBENDER, P.L. **Gestão de cooperativas: fundamentos, estudos e práticas**. Ijuí/RS: Unijuí, 2019b.

CAMAGNI, R. **Economía Urbana**. Barcelona: Antoni Bosch, 2005.

COVAS, A.; COVAS, M. A construção social dos territórios-rede da 2ª ruralidade dos territórios-zona aos territórios-rede construir um território de múltiplas territorialidades. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n.º 3, p. 43-66, Junho2013.

DALLABRIDA, V.R. Patrimônio Territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 52, p. 12-32, jul./2020a.

DALLABRIDA, V.R. Território e Governança Territorial, Patrimônio e Desenvolvimento Territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. **G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 2, p. 63-78, mai-ago/2020b.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L. Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial. **G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 2, p. 256-273, mai-ago/2021.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L.; DENARDIN, V. F.; ARENHART, L. Categorias conceituais e pressupostos metodológicos convergentes com a abordagem territorial. **Guaju - Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável**, v. 7, n. 1, p. 43-80, jan./junho/2021.

DEMATTEIS, G. **Progetto implícito**. Il contributo della geografia umana alle science del territorio. Milão: Franco Angeli, 1995.

DEMATTEIS, G. Il sistemi territoriali in um'ottica evolucionista. In: DEMATTEIS G.; GOVERNA, F. (orgs.). **Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: il modello Slot**. Milano: Angeli, 2005. p.15-38.

DEMATTEIS, G. Sistema Local Territorial (SLoT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, A.; CORRIJO, B.; CANDIOTTO, L. (Orgs.). **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 33-46.

DEMATTEIS, G.; GOVERNA, F. (orgs.). **Territorialità, Sviluppo Locale, sostenibilità: Il modello SLoT**. Roma: Franco Angeli, 2005.

DIAS, R. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo, Atlas, 2009.

ELKINGTON, J. **Cannibals With Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business**. Stony Creek, CT: New Society Publishers, 1998.

ETZKOWITZ, Henry. **Hélice Triplíce: universidade-indústria-governo. Inovação em ação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

FELÍCIO, M.J. A Conflitualidade dos Paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês. **Campo-Território: Revista de geografia Agrária**, v. 1, n. 2, p. 14-30, ago. 2006.

FERNANDES, B.M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (Edit.). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 173-230.

FERNANDES, B.M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, año 6, n.16, p. 273-283, 2005.

FLECK, L. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum Editora, 2010.

GODARD, O. A Gestão Integrada dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. In: VIEIRA, P. F. WEBER, J. **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 198-223.

GRIFFITH, J. J. BERDAGUE, C. Autopeiose Urbana e Recuperação Ambiental. **Saneamento Ambiental**, v. 16, n.120, p.65-70, 2006.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **O Enigma do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

JULIEN, P.A. **Empreendedorismo Regional e economia do conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2010.

MACHADO, L. O. A. Sistemas e Redes Urbanas como Sistemas Complexos Evolutivos. In: CARLOS, A. F. A. LEMOS, A. G. **Dilemas Urbanos**. São Paulo: Contexto, 2005. p.228-253.

COVAS, A.; COVAS, M. A construção social dos territórios-rede da 2ª ruralidade dos territórios-zona aos territórios-rede construir um território de múltiplas territorialidades. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n.º 3, p. 43-66, Junho2013.

MAGNAGHI, A. Montespertoli: **le mappe di comunità per lo statuto del territorio**. Firenze: Alinea, 2010.

MENDONÇA, F. Sistema Socioambiental Urbano: Uma abordagem dos problemas socioambientais da cidade. In: MENDONÇA, F. (org.) **Impactos Socioambientais Urbanos**. Curitiba: UFPR, 2004. p. 185-208.

PEDON, N.R. **Movimentos Socioterritoriais**: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica. 235 f. Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2009.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, A.C.T. **Por uma Sociologia do Presente**: ação, técnica e espaço. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

SANTOS, M. **Por uma outra Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **Brasil**: território e sociedade no limiar do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SEARLE, J. R. **Intencionalidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SILVEIRA, M. L. Novos Aconteceres, Novas Territorialidades. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Orgs.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2013. p. 125-153.

SOBREIRO FILHO, J. **Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e contentious politics**: produção do espaço, redes e lógica racionalidade espaço-temporal no Brasil e Argentina. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2016. 440 f.

SWINGEDOW, E. A Cidade Como um Híbrido: natureza, sociedade e urbanização-cyborg. In: ACSELRAD, Henry (org.). **A Duração das Cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p.79-92.



*Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.*